

PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 0586/2022.

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, com sede na Av. Madre Benvenuta, nº 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.891.283/0001-36, por intermédio da Coordenadoria de Compras e Licitações da Reitoria, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por lote, para selecionar proposta objetivando a compra por **Demanda Certa**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de desinsetização, dedetização, desratização, descupinização, desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de caixa d'água, cisternas e tubulações para o CAMPUS I, CESFI e CERES/UDESC.

LOTES: 01 e 03 DO PROCESSO SÃO EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

site: <http://e-lic.sc.gov.br/>

e-mail: licita@udesc.br

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Envio de proposta: a partir das 14h do dia 14/01/2022.

1.2 – Abertura da sessão: a partir das 14h do dia 03/02/2022.

1.3 – Início da disputa: a partir das 14h15min do dia 03/02/2022.

1.4 – O pregão eletrônico será realizado via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC, <http://e-lic.sc.gov.br/>).

1.5 – Os trabalhos serão conduzidos por servidores da Udesc, denominados pregoeiro e equipe de apoio, conforme atribuições normatizadas pela Resolução nº 060/2010 - Consuni.

1.6 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

1.7 – Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Quadro de Quantitativo(s) e Especificação(ões) Mínima(s) do(s) Item(s);

Anexo III – Minuta de Contrato;

Anexo IV – Informações da empresa vencedora para contratação

Anexo V – Atestado de visita OU Declaração de conhecimento das condições do serviço;

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos **Anexos I e II e nas condições previstas neste edital.**

2.2 – Do Convênio ICMS nº 26/03

2.2.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando

ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.2.2 - Nos termos do Convênio ICMS 26/03, por se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2.2.3 - Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.4 - A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

- a) dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) saída promovida por contribuinte enquadrado no simples nacional;
- c) saída de bens ou mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

2.2.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto à qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site **www.sef.sc.gov.br**;

2.3 – Da Execução da Licitação

2.3.1 – O processamento da licitação será pela Udesc na qualidade de Órgão Gerenciador, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades da Universidade.

2.4 – Do acordo anticorrupção

2.4.1 – De acordo com a Instrução Normativa CGE/SEA Nº 1 DE 26/03/2020, as Partes contratante e contratada:

I - Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação sobre anticorrupção, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II - Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso acima e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III - Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução deste contrato;

IV - Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 – Não será admitida a participação de:

3.2.1 – Empresas punidas com o impedimento do direito de licitar ou contratar com a Administração do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.2 – Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores da Udesc.

3.3 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável do edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados nesta licitação.

3.4 – O e-mail servirá para comunicados e notificações relacionados ao procedimento licitatório devendo-se considerar como data de recebimento a data de envio da comunicação pela Udesc.

3.4.1 – Será considerado e-mail cadastrado o informado no sistema E-lic e/ou o informado no Anexo IV;

4 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 – O interessado em participar do pregão eletrônico deve dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferíveis emitidas pelo Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina.

4.1.1 – Os interessados deverão estar previamente qualificados para fornecimento do objeto referente ao grupo-classe indicado no **Anexo II**.

4.1.2 – O procedimento para inscrição e alterações do Cadastro encontra-se disponível no site do Portal de Compras, pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>.

4.2 – A licitante credenciada responsabiliza-se legalmente, independente da fase do certame, por seus atos praticados e por declarações falsas. Ainda, assume como verdadeiras suas propostas/lances, presumindo-se a legitimidade de seu representante para realização das transações no pregão eletrônico, já que é a única responsável pelo sigilo da senha.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2 – Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

5.3 – Quando o licitante for beneficiário da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá manifestar o pleno conhecimento em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3.1 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta e enquadramento da empresa sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

5.4 – Caberá à licitante acompanhar a sessão pública do Pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – Da proposta on-line:

6.1.1 – Após a divulgação do edital, os licitantes deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, não poderá ser mais retirada ou substituída.

6.1.2 – Os licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

6.1.3 – A proposta on-line, para cada item, deverá ser preenchida, obrigatoriamente, conforme as especificações abaixo, sob pena de desclassificação:

a) Indicando o valor unitário de cada item, expresso em reais, com no máximo 02 (duas) casas decimais, no campo “valor da proposta”;

b) Indicando a Marca/Modelo/Procedência do objeto cotado no campo correspondente a cada item, somente as informações solicitadas pelo sistema para cada item/lote.

6.1.4 – As licitantes deverão ofertar preços para todos os itens do lote cotado, sob pena de Desclassificação.

6.1.5 – Qualquer documentação que identifique a licitante deve ser inserida como anexo ou enviado por e-mail, conforme determinação do Pregoeiro, somente após à fase de lances

6.1.6 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

6.1.7 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

6.1.8 – O prazo de entrega do(s) serviços cotado(s) não poderá ser superior ao estabelecido no Anexo I, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento/Contrato.

6.2 – Da proposta on-line readequada:

6.2.1 – Quando houver cotação de proposta por lote, a vencedora do lote deverá readequar sua proposta no próprio e-Lic, após a adjudicação, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total do lance vencedor, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados a partir da convocação do pregoeiro, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração.

6.2.2 – Quando por lote, o valor unitário readequado não poderá ser superior àquele oferecido na primeira proposta e nem superior ao preço máximo dos itens, conforme Anexo II.

6.2.3 – A empresa vencedora deverá enviar por e-mail as informações constantes do Anexo IV, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir do encerramento da sessão.

6.2.3.1 – O endereço eletrônico (e-mail) fornecido no Anexo IV (Informações da Empresa Vencedora para Contratação) será considerado como legítimo canal de comunicação entre a UDESC e a licitante para quaisquer fins.

6.2.3.2 – A verificação rotineira das mensagens encaminhadas a tal e-mail é de inteira responsabilidade da licitante, não podendo invocar qualquer falha ocorrida em tal sistema - ainda que por fato imputável a terceiro - ou a negligência na sua checagem como razão para eximir-se de obrigação eventualmente imposta em tais comunicações, especialmente em relação ao cumprimento de prazos que venham a ser estipulados pela Administração.

6.2.3.3 – É de responsabilidade exclusiva da licitante manter atualizado o endereço eletrônico a que se refere o item 6.2.3.1. Eventual troca desse deverá ser imediatamente comunicado à UDESC pelo e-mail da primeira página deste Edital.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

7.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

7.1.1 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

7.1.2 – O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos (diligências).

7.1.3 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer dos lances, se o sistema permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.1.4 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo mais de dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes por e-mail do cadastro no e-Lic.

7.2 – A partir do horário previsto no Edital terá início a sessão pública do Pregão com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.3 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.1 – O fornecedor que tiver a sua proposta desclassificada, terá o tempo de 3 (três) minutos para solicitar reconsideração.

7.4 – O Sistema ordenará automaticamente, fazendo sorteio quando tiver valores iguais, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7.5 – Aberta a etapa de lances, não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5.1 – Os licitantes deverão encaminhar lances somente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente computado e visualizado seu horário de registro e valor no link “histórico de lances”.

7.5.2 – Somente o licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

7.5.3 – Os lances aceitos ofertados serão no valor unitário do item (quando da cotação por item) ou valor total do lote (quando da cotação por lote).

7.5.4 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance da própria licitante, registrado anteriormente no sistema.

7.5.5 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará os autores dos lances.

7.5.6 – A etapa de lances da sessão pública que terá o tempo de duração mínima de 5 (cinco) minutos, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema, findo o qual, será automaticamente encerrada a etapa de lances.

7.6. – Depois de encerrados os itens/lotos, encerrar-se-á a etapa da disputa e o Sistema emitirá aviso no Chat iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

7.7 – O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência o pregoeiro poderá negociar a redução dos preços com o proponente.

7.7.1 – O pregoeiro decidirá sobre a aceitação dos preços, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.7.2 – A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (Chat), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.8 – Ocorrendo o empate será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MicroEmpresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

7.8.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas ME/EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada;

7.8.2 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á, automaticamente, da seguinte forma:

- a)** o sistema aplicará o benefício, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei.
- b)** o sistema convocará a ME/EPP mais bem classificada para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- c)** não ocorrendo a contratação da ME/EPP, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem como ME/EPP na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d)** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP que se encontrem nos intervalos da Lei Complementar, será realizado sorteio automático entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá enviar melhor oferta.

7.9 – O disposto no subitem 7.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP.

7.10 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.11 – Encerrada a recepção de lances dos beneficiários da Lei Complementar nº 123, quando houver, o Pregoeiro poderá, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.12 – O sistema anunciará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão previstas nos itens anteriores.

7.13 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas neste Edital.

7.14 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 – Será verificada a situação de regularidade da licitante detentora da melhor oferta, da seguinte forma:

8.1.1 – Consulta do Certificado de Cadastro de Fornecedores(CCF), pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação.

8.1.1.1 – O CCF que apresentar Situação Cadastral com alguma restrição nos documentos por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente no prazo de até 60 minutos, incluído os documentos de qualificação técnica conforme item 8.5 deste Edital.

8.1.1.2 – Para suprir a documentação vencida, no que diz respeito à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, relacionada no CCF, o Pregoeiro poderá verificar nos sites dos emissores de certidões, o documento hábil correspondente, constituindo meio legal de prova.

8.2 – A regularidade fiscal das ME/EPP's, que apresentem restrição (documento vencido) no CCF, poderá ser comprovada no prazo de 5 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.1 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da ME/EPP à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

8.3 - Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação, com plano de recuperação deferido e homologado judicialmente, que apresentarem certidão positiva deverão apresentar ainda certidão de aptidão financeira emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de licitação nos termos das Leis 8.666/1993 e 11.101/2005.

8.3.1 – Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou da homologação judicial do plano de recuperação, no caso de recuperação extrajudicial.

8.3.2 – Os licitantes que se encontrarem em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira, como qualquer licitante.

8.4 – O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online:

8.4.1 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (www.transparencia.gov.br);

8.4.2 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br / improbidade_adm/consultar_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1 Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de desinsetização e/ou dedetização e/ou desratização e/ou descupinização e limpeza de caixa d'água, gordura e cisternas de forma adequada e compatível com as características do objeto de que trata este processo licitatório.

8.5.1.1 Somente serão aceitos Atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.5.1.2 Não são aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante.

8.5.2 Comprovação de que o licitante está devidamente licenciado junto à autoridade sanitária e ambiental competente, conforme exige a Resolução ANVISA nº 52/2009.

8.5.3 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente (conforme registro do responsável técnico – item 8.5.4), para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

8.5.4 Comprovação de que possui em seu quadro, responsável técnico, devidamente registrado no Conselho Regional Competente, que possibilite a execução de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

8.5.4.1 Conforme Resolução RDC 18 de 29/02/2000, são habilitados os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico, ou ainda, outro profissional legalmente habilitado.

8.5.4.2 Os documentos necessários para a comprovação de que o profissional responsável técnico pelo objeto desta licitação está vinculado ao licitante, conforme o item anterior são:

- cópia da carteira de trabalho (CTPS);
- contrato social do licitante;
- contrato de prestação de serviço ou, ainda;
- de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

8.5.5 Atestado de visita ao local dos serviços fornecido pela Direção Administrativa ou outro servidor público da UDESC designado para tal (Anexo V) OU declaração firmada pelo responsável da empresa, de que a licitante tem conhecimento do local, condições e peculiaridades do objeto, assumindo a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita técnica (Anexo V). A empresa interessada deverá realizar agendamento da visita através dos email conforme item 9 do Termo de referência, podendo a mesma ser realizada até a véspera de recebimento dos envelopes. Nesta visita prévia ao local dos serviços, compete ao proponente, efetuar minucioso estudo e verificação das condições para a execução dos serviços, devendo antes de apresentar a proposta, indicar discrepâncias, omissões ou erros por ventura observados, de forma a serem sanados quaisquer problemas que prejudiquem o correto desenvolvimento dos serviços. Omissão por parte do proponente implicará na aceitação da responsabilidade por eventuais necessidades de alterações de projetos e adaptações nas instalações que porventura tiverem interferências com as demais instalações prediais.

8.5.6 – Os documentos de habilitação, incluindo os de qualificação técnica, devem ser enviados por email no prazo de 60 (sessenta) minutos a contar da convocação do Pregoeiro no chat.

8.5.6.1 - O não atendimento das diligências nos prazos definidos pelo Pregoeiro acarreta na inabilitação/desclassificação da licitante.

9 – JULGAMENTO

9.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos deste edital, apresentar o **menor preço por lote, conforme Anexo II**.

9.2 – Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT ou, na ausência de parâmetros oficiais, o Pregoeiro adotará critérios próprios, justificadamente, limitados em qualquer hipótese à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento).

9.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) que conflitarem com a legislação em vigor;
- c) a pedido da licitante, devidamente justificada, analisada e aceita pelo Pregoeiro;
- d) que não cotarem marca/modelo conforme solicitado pelo sistema e-Lic.

9.4 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

9.5 – No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata via *chat* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação

10 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Qualquer pessoa até dois dias úteis antes da abertura da sessão poderá impugnar o Edital por meio do Sistema eletrônico, no espaço destinado ao “Registro de Impugnação ao Edital”.

10.1.1 – Fornecedores cadastrados podem optar por registrar a impugnação efetuando o login, acessando o processo eletrônico, botão “Impugnação”.

10.1.2 – Excepcionalmente, a impugnação poderá ser realizada pelo e-mail: licita@udesc.br.

10.1.3 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir Anexos na aba correspondente.

10.2 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma motivada no prazo de 30 minutos, **em campo próprio do Sistema**, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

10.2.1 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

10.2.2 – Os recursos devem ser registrados no Sistema.

10.2.3 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal, contados no sistema.

10.2.4 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11 – DA CONTRATAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

11.1 – A celebração do Contrato será formalizada com Udesc mediante a assinatura do Contrato, consoante minuta que constitui o **Anexo III** deste Edital, correndo sob sua responsabilidade todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

11.2 – Da convocação para assinatura do Contrato:

11.2.1 – Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada para no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato.

11.2.1.1 – A assinatura do contrato se dará de forma eletrônica, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, por meio do sistema SGPe.

11.2.1.2 – Orientações sobre como assinar documentos no Sistema do Estado podem ser acessadas pelo site: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/novo-portal-de-processos-digitais/

11.2.1.3 – Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora para assinar o Contrato, a Udesc cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei 10.520/02 e neste edital.

11.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante, sendo observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

11.2.3 – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei Estadual nº 16.493, de 5 de dezembro de 2014.

11.3 – Do objeto adquirido:

11.3.1 – A fiscalização, aceitação e rejeição dos materiais adquiridos pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no Contrato e Termo de Referência.

11.3.2 – São partes integrantes do Contrato a ser assinado como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, bem como, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

11.4 – Do reajuste de preço:

11.4.1 – O preço estabelecido inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93.

11.4.1.1 - O valor do contrato poderá ser reajustado, desde que solicitado formalmente pela contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data-limite para apresentação da proposta.

11.4.1.1.1 - O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, ou índice que vier a substituí-lo;

11.4.1.1.2 - Será utilizado o acumulado do índice dos últimos 12 meses a contar da data-limite de apresentação da proposta;

11.4.1.1.3 - Os reajustes a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou o encerramento do contrato.

14.4.2 – A revisão dos preços poderá ser concedida pela contratante nos termos do art. 65, inciso II, letra “d” da Lei 8.666/93, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

14.4.2.1 – Para revisão dos preços, a licitante vencedora deverá solicitar formalmente ao órgão requisitante o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e ainda, comprovar o aumento dos encargos por intermédio de notas fiscais originais ou autenticadas do distribuidor (a nota fiscal anterior e a primeira nota fiscal posterior ao reequilíbrio econômico-financeiro).

14.5 – Da alteração do Contrato:

14.5.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

14.5.1.1 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º da Lei 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.6 – Da vigência do Contrato:

14.6.1 – O prazo de vigência do contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

14.7 – Da fiscalização do Contrato:

14.7.1 – A fiscalização, aceitação e rejeição do objeto adquirido, pela Udesc deverá atender ao que se encontra definido no edital, seus anexos e no Contrato.

12 – DO PAGAMENTO

12.1 – A Udesc efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.2 - A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista;

12.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: fabricante/marca/modelo/procedência/apresentação/nome comercial/referência/número ou Certificado de Registro do Produto junto ao ente fiscalizador (quando cabível)/descrição exaustiva que permita à Administração identificá-lo e avaliar se o produto atende ou não às especificações mínimas requeridas. Indispensável ainda informar os números do Contrato, Licitação e empenho;

12.4 – A empresa deverá mencionar na Nota Fiscal/Fatura os dados bancários para pagamento, como: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

13 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

13.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do Contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

13.2 - A advertência será emitida quando o contratado descumprir qualquer obrigação, conforme detalhamento do Anexo I deste Edital;

13.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, conforme detalhamento do Anexo I deste Edital:

13.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

13.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

13.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

13.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

13.4 - A penalidade de impedimento impossibilitará a participação da empresa em licitações, ficando suspenso o seu registro no Cadastro Geral de Fornecedoros/SC, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a receber a autorização de fornecimento ou assinar o Contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora, que: não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de SC; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber multas previstas no item anterior;

13.4.1 - A penalidade de impedimento, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA;

13.4.2 – O impedimento do direito de licitar poderá ser ampliado até o dobro, em caso de reincidência;

13.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração/SEA;

13.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

13.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

13.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) a penalidade de impedimento acarretará na suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

13.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

13.8 - Compete ao Setor de Gestão de Contratos da CLC/Reitoria, após análise a indicação das penalidades deste edital, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente;

13.9 - A interessada poderá interpor recurso contra a aplicação das penalidades deste edital, em 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente;

13.10 - Homologadas e publicadas as penalidades serão registradas Cadastro Geral de Fornecedores;

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Informações, impugnações e esclarecimentos sobre o edital serão protocoladas pelo interessado, acessando o pregão eletrônico, no portal de compras e-Lic, sendo que:

14.1.1 - Para pedidos de informações e esclarecimentos, deve ser utilizada a opção “fórum” do edital;

14.1.2 - Para pedidos de impugnação deve ser utilizada a opção “Impugnação” do edital.

14.2 – Cópias e vistas obedecerão aos seguintes procedimentos:

14.2.1 – Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <https://e-lic.sc.gov.br/>

14.2.2 – Vistas ao processo licitatório poderão ser realizadas no endereço <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br>, informando o nº do processo UDESC 37155/2021.

14.2.3 – A Udesc não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem nos sites informados anteriormente.

14.3 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

14.3.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

14.5 – A Udesc poderá revogar este pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Udesc, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas.

14.6.1 – Caso ocorram alterações neste edital, elas serão disponibilizadas no Portal de compras;

14.7 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações apresentados em qualquer fase da licitação.

14.8 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis/SC, 12 de janeiro de 2022.

DILMAR BARETTA
REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0586/2022
TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. OBJETO:** Contratação de empresa prestadora de serviços de desinsetização, dedetização, desratização, descupinização, desalojamento de pombos e morcegos e outros meios no controle de sinantrópicos, limpeza de caixa d'água, cisternas e tubulações, com fornecimento de produtos, materiais e equipamentos para a Universidade do Estado de Santa Catarina – CAMPUS I, CESFI e CERES.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** Justifica-se e motiva-se a realização desta licitação para atender as necessidades de desinsetização, dedetização, desratização, descupinização e limpeza de caixa d'água, cisternas e tubulações da Universidade do Estado de Santa Catarina.
- 2.2.** A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de desinsetização, dedetização, descupinização, desratização, desalojamento de pombos, morcegos e outros, e limpeza de caixa d'água, cisternas e tubulações é de extrema necessidade para a Instituição uma vez que não possuímos materiais, equipamentos e pessoal qualificado para a execução destes serviços, além de proteger os ambientes internos e externos da Universidade, garantir o controle de animais sinantrópicos, preservar o patrimônio público e a saúde dos servidores e a comunidade que frequenta a Instituição, evitando assim transmissão de doenças.
- 2.3.** Os serviços em questão são comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas e permitem estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, correspondendo às exigências das leis vigentes.
- 2.4.** A UDESC, perante a responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem estar dos administrados e à preservação do meio ambiente de forma sistemática e contínua, implementa política de responsabilidade socioambiental que visa à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho. Assim, este Termo de Referência está em sintonia com a Gestão Pública Sustentável.
- 2.5.** Visando à padronização dos serviços e ao melhor controle administrativo por parte da contratada, a Administração optou por realizar a licitação pelo menor valor por lote, conforme Anexo I.
- 2.6.** Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.
A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, será pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório, cujo fator preponderante certamente será a “Proposta mais vantajosa para a administração, qual seja, aquela que ofertar o menor preço e satisfazer todas as exigências do edital”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela empresa.

3. ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÃO DO OBJETO.

- 3.1.** Os serviços serão prestados nos locais relacionados no item 4 deste termo de referência, sendo o total estimado para cada item conforme tabela abaixo:

Descrição dos serviços	Especificação	Unidade	ÁREA TOTAL
Desinsetização/Dedetização - Balneário Camboriú	CESFI	m²	2.823,86
Desratização - Balneário Camboriú	CESFI	m²	2.823,86

Limpeza de caixa d'água - Balneário Camboriú	CESFI - Prédio 1	m³	11,00
	CESFI - Prédio 2	m³	2,00
Limpeza de caixa de gordura - Balneário Camboriú	CESFI	m³	2,00
Limpeza de cisterna - Balneário Camboriú	CESFI - Prédio 1	m³	36,00
	CESFI - Prédio 2	m³	4,00
Descupinização - Florianópolis	CAMPUS 1	m²	5.233,40
Controle de pombos e morcego -Florianópolis	CAMPUS 1	m²	10,00
Desinsetização/Dedetização - Florianópolis	CAMPUS 1	m²	70.517,83
Desratização - Florianópolis	CAMPUS 1	m²	70.517,83
Limpeza de caixa d'água - Florianópolis	CEAD	m³	6,00
	CEART – Bloco Central	m³	10,95
	CEART – Bloco da Administração	m³	15,00
	CEART – Bloco da Fotografia	m³	1,00
	CEART – Bloco da Música	m³	10,95
	CEART – Bloco das Artes Cênicas	m³	10,95
	CEART – Bloco das Artes Visuais	m³	10,95
	CEART – Copa	m³	0,30
	CEFID – Administração	m³	20,00
	CEFID – Casa Amarela	m³	1,00
	CEFID – Casa Branca	m³	2,00
	CEFID – Casa Pós graduação	m³	1,00
	CEFID – Cozinha	m³	10,00
	CEFID – Ginásio 1	m³	1,00
	CEFID – Ginásio 3	m³	16,00
	FAED	m³	23,46
	FAED (2 caixas de 10 m³)	m³	20,00
	IDCH (1 Caixas de 1 m³)	m³	1,00
	MESC Sótão (5 Caixas de 1 m³)	m³	5,00
	Reitoria – BU (2 caixas de 10 m³)	m³	20,00
	Reitoria – Complexo Esportivo	m³	2,00
	Reitoria – Estúdio	m³	0,75
	Reitoria – RU	m³	15,00
	Reitoria – Reservatório Superior	m³	38,76
	Reitoria prédio novo 1	m³	20,00
	Reitoria prédio novo 10	m³	0,10
	Reitoria prédio novo 2	m³	20,00
	Reitoria prédio novo 3	m³	20,00
	Reitoria prédio novo 4	m³	15,00
	Reitoria prédio novo 5	m³	7,50
	Reitoria prédio novo 6	m³	7,50
	Reitoria prédio novo 7	m³	7,50
	Reitoria prédio novo 8	m³	1,00
	Reitoria prédio novo 9	m³	0,10
Limpeza de caixa de gordura - Florianópolis	CEAD (2 caixas de 1 m³)	m³	2,00
	CEFID (2 caixas de 0,1 m³)	m³	0,20
	ESAG	m³	0,72

	MESC (3 caixas de 0,50m³)	m³	1,50
	Reitoria – RU	m³	1,00
	Reitoria – Copa	m³	0,19
	Reitoria – prédio novo	m³	3,00
Limpeza de cisterna - Florianópolis	CEART – Bloco Central	m³	6,00
	CEART – Bloco das Artes Cênicas	m³	6,00
	CEART – Bloco Música	m³	6,00
	FAED	m³	20,32
	Reitoria	m³	42,65
	Reitoria – BU	m³	40,00
	Reitoria prédio novo 1	m³	30,00
	Reitoria prédio novo 2	m³	20,00
Controle de pombos e morcego - Laguna	CERES	m²	1.800,00
Descupinização - Laguna	CERES	m²	1.500,00
Desinsetização/Dedetização - Laguna	CERES	m²	11.516,70
Desratização - Laguna	CERES	m²	11.516,70
Limpeza de caixa d'água - Laguna	CERES (2 Caixas de 20 m³)	m³	40,00
	CERES Bloco II - 5 caixas d'água (20 m³) e 1 caixa d'água (16 m³)	m³	116,00
Limpeza de caixa de gordura - Laguna	CERES (4 caixas de 0,1 m³)	m³	0,40

*Os quantitativos (áreas) estimados de cada item por Campus constam no Anexo II

3.1.1. Poderá ser solicitada a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência em outros endereços de edificações que venham fazer parte das instalações da contratante, que serão incluídos no presente contrato por termo aditivo

3.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

3.2.1. Os serviços serão executados nas dependências internas e externas, buscando a prevenção da ocorrência de vetores, através da ação preventiva, destruição de ninhos e eliminação ou repulsão de indivíduos presentes, durante a vigência do Contrato;

3.2.2. A Contratada deverá apresentar um plano de manejo visando impedir vetores e pragas urbanas de se instalarem ou reproduzirem-se no ambiente, através da adoção de medidas preventivas e corretivas:

3.2.2.1. Nesse plano de manejo deve estar bem definido quais animais são considerados sinantrópicos nocivos e devem ser eliminados, e quais animais habitam a UDESC sem prejuízo a população que a frequenta, como por exemplo: cachorros, gatos, pássaros, e o que será feito para que esses animais domésticos não corram risco de morte durante a execução do serviço.

3.2.3. O serviço de controle de insetos deverá basear-se na aplicação (pulverização) de cada inseticida nos ralos sanitário, rodapés e sistema de esgoto sanitário, utilizando produto (de quarta geração) sintético orgânico (Piretróide), composto da mais rápida ação da interferência da transmissão do impulso nervoso dos insetos, sem provocar odor e de baixo teor de toxicidade aos seres humanos:

3.2.3.1. Deverá ser feita a aplicação de inseticida gel em armários, aparelhos elétricos, locais de pouca ventilação, onde haja presença de crianças e demais locais onde não é recomendada a utilização do processo convencional (pulverização), utilizando como princípio ativo a “Sulfluramida”, seguindo as precauções presentes na ficha técnica do produto, como por exemplo: não aplicá-lo sobre alimentos, utensílios de cozinha, plantas e aquários, durante a aplicação não devem permanecer pessoas ou animais, entre outros

- 3.2.4. O serviço de controle de roedores deverá consistir na aplicação de iscas raticidas de dose única e/ou doses múltiplas (anticoagulante), ao longo das áreas externas pertencentes à Contratante, utilizando-se raticidas crônicos, que são os indicados para o bem da área de saúde pública, devido ao menor risco oferecido à população e ao meio ambiente.**
- 3.2.4.1.** O anticoagulante (dose única ou dose múltipla) de ação cumulativa, com atuação por ingestão, poderá ser aplicado com alimento ou no meio ambiente, interferindo no mecanismo de coagulação sanguínea e provocando a morte por hemorragias;
- 3.2.4.2.** A aplicação de raticida em forma de iscas deverá utilizar o princípio ativo “Cumarínico”;
- 3.2.4.3.** As iscas devem ser aplicadas em todos bueiros do Campus e nas áreas adjacentes aos prédios numa distância aproximada de 10 em 10 metros;
- 3.2.4.4.** **A Contratada deverá realizar manutenção e reabastecimento das iscas mensalmente.**
- 3.2.4.5.** A Contratada deverá tomar medidas para que a aplicação de raticidas não apresente risco de vida para os animais domésticos que habitam a UDESC;
- 3.2.5. O controle de pombos/morcegos se dará através da destruição dos ninhos e limpeza e higienização dos locais na área de abrangência, em conformidade com a legislação vigente e licenças específicas exigidas para tais serviços.**
- 3.2.6. O controle de cupins, utilizando-se equipamentos desenvolvidos especificamente para atingir áreas de difícil acesso, consiste na remoção de colônias e subcolônias e injeção de solução cupinícida líquida ou em pó nos locais atacados (pisos, telhados, porões, rebaixos, alvenaria, conduítes ou madeiramento em contato direto com as paredes).**
- 3.2.7. Limpeza e desinfecção das caixas d’água, caixa de gordura e cisternas:**
- 3.2.7.1.** Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso as cisternas e as caixas da água, visando minimizar os riscos de acidente e otimizar os trabalhos.
- 3.2.7.2.** Fechar o registro, impedindo a entrada de água no reservatório ou caixa de água 24 horas antes de realizar o serviço, a fim de evitar desperdício de água;
- 3.2.7.3.** Obstruir as saídas de distribuição, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;
- 3.2.7.4.** Utilizar a água restante no fundo da caixa depositada abaixo do nível da (s) saída (s) de distribuição, para a primeira limpeza;
- 3.2.7.5.** Esfregar as paredes e o fundo da caixa de água com escova macia ou esponja não abrasiva, nunca utilizar sabão, detergente ou outros produtos não autorizados.
- 3.2.7.6.** Evitar comprometer a impermeabilização interna das bordas (paredes) da caixa ou reservatório;
- 3.2.7.7.** Retirar a água suja resultante de primeira limpeza, usando panos limpos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa;
- 3.2.7.8.** Enxaguar a caixa ou reservatório com esguicho de água limpa;
- 3.2.7.9.** Retirar a água suja resultante do enxágue, usando panos limpos e baldes ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa, não permitindo a saída de resíduos pela tubulação de distribuição;
- 3.2.7.10.** Concluindo a limpeza, executar o procedimento de desinfecção dos reservatórios e caixas da água utilizando produtos químicos registrados na ANVISA/ministério da saúde, a fim de eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água;
- 3.2.7.11.** Para a eficiência remoção do Biofilme, é necessário utilizar um produto químico que reaja com os óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, dissolvendo-os bem como um produto que seja capaz de promover a desinfecção, sendo que ao final esta solução deve ser neutralizada antes do lançamento/descarte; Estes produtos devem ser do tipo 2 em 1, sendo um desincrustante e uma solução aquosa bactericida;
- 3.2.7.12.** Remover para o exterior dos reservatórios, através de equipamentos de secção ou outro meio apropriado todo e qualquer detrito existente;
- 3.2.7.13.** Enxaguar as paredes da caixa ou reservatório com esguicho de água limpa;
- 3.2.7.14.** Os resíduos de lavagem só poderão ser descartados através dos sistemas de drenagem do reservatório após sua neutralização;
- 3.2.7.15.** Promover a limpeza e desinfecção da tampa da caixa ou reservatório, além das áreas adjacentes, quando houver;

- 3.2.7.16.** Tampar adequadamente o reservatório ou caixa de água, de forma a impedir a entrada de pequenos animais, insetos ou sujeiras;
 - 3.2.7.17.** Restabelecer o abastecimento de água tratada.
 - 3.2.7.18.** Durante o período de garantia de seis meses, se houver necessidade de revisão dos serviços realizados em qualquer caixa da água ou cisterna a contratada terá até 24 (vinte quatro) horas para solucionar o problema, sem ônus para a contratante.
 - 3.2.7.19.** Verificar durante o procedimento o estado da caixa e da tampa, se as boias, registros e tubulações apresentam defeitos, se houver eventuais estruturas e equipamentos com defeito, notificar formalmente as irregularidades ao Serviço de Controle de Infecção hospitalar.
 - 3.2.7.20.** Não havendo possibilidade de execução dos serviços, emitir relatório de não conformidade, descrevendo as condições da caixa da água ou cisternas, notificar formalmente ao fiscal do contrato.
- 3.3.** A execução dos serviços e a aplicação dos produtos dar-se-á de seis em seis meses, ou a qualquer momento em que houver manifestação da praga, ao logo da duração do contrato, respeitando a necessidade de retirar ou não as pessoas do local infectado.
- 3.4.** Os serviços do presente contrato deverão ser realizados no prazo máximo de 24 horas a contar da solicitação da prestação do serviço, a qual só terá validade se for feita pelo Fiscal do Contrato de cada Centro, por email. Excepcionalmente, admitir-se-á outro prazo, desde que devidamente justificado e com anuência expressa por parte do Fiscal do Contrato.
- 3.5.** Os trabalhos deverão ser realizados, preferencialmente, nos finais de semana, feriados ou período noturno, conforme agendado pelo(s) fiscal(s) de contrato;
- 3.6.** Os serviços serão liberados por meio de ordem de serviço emitida pelo Fiscal do Contrato do respectivo centro.
- 3.7.** A Contratada deverá fornecer ao Contratante os certificados, nos termos da legislação vigente;
- 3.8.** Os serviços deverão ser prestados da seguinte forma:
- 3.8.1** Relatório de aplicação dos produtos a cada visita (constando: nome do cliente, endereço do imóvel, praga(s) alvo, grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s), nome e concentração do princípio ativo e quantidade aplicada na área, observações/não conformidades evidenciadas. Ações e/ou orientações tomadas, localização das armadilhas, nome do responsável técnico com número do seu registro no Conselho correspondente, número do telefone do Centro de Informações Toxicológicas mais próximo, endereço telefone da empresa especializada);
 - 3.8.2** **Acompanhamento e visitas técnicas MENSALIS;**
 - 3.8.3** Atendimento emergencial (quando for necessário)
 - 3.8.4** Remeter **mensalmente** cronograma de visitas para cada Unidade relacionada neste termo de referência.
- 3.9.** Caberá à Contratada o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução dos serviços, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida e/ou iscas, conforme a praga e vetor a serem combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal.
- 3.10.** Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos públicos e ser inócuo à saúde humana, e os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação.
- 3.11.** Os serviços podem ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 Locais – A prestação dos serviços serão entregues e executados pelo Contratado nos locais especificados abaixo:

4.1.1.CAMPUS I – FLORIANÓPOLIS:
PRÉDIO SEDE REITORIA:

- Av. Madre Benvenuta, 2080, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001.
REITORIA/BU/ACADEMIA DE GINÁSTICA:
- Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001.
MUSEU/MESC:
- Rua Saldanha Marinho, 196, Centro, Florianópolis/SC.
REITORIA/Estação de Rádio:
- Av. do Antão, 4.097, Morro das Cruz, Florianópolis/SC.
ESAG – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas:
- Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001.
CEART – Centro de Artes:
- Av. Madre Benvenuta, 1907, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001.
CEFID – Centro de Ciências da Saúde e do Esporte:
- Rua Pascoal Simone, 358, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-350.
- Rua Pascoal Simone, 149, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-350
- Rua Pascoal Simone, 163, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-350
- Rua São Cristóvão, 177, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-380
- Rua São Cristóvão, esquina com Cel. Ivan Dentice Linhares, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-425.
FAED – Centro de Ciências da Educação:
- Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis, SC, CEP: 88.035-001.
FAED – DAPE:
- Rua Visconde de Ouro Preto, 457 - Centro – Florianópolis, SC.
CEAD - Centro de Educação a Distância:
- Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - Florianópolis – SC, CEP: 88.035-001.

4.1.2. CAMPUS V - VALE DO ITAJAÍ:

4.1.2.1. CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí:

- Av. Lourival Cesário Pereira, sn – Bairro Nova Esperança – Balneário Camboriú – SC 88336-275

4.1.3. CAMPUS VI - SUL CATARINENSE:

4.1.3.1. CERES – Centro de Educação Superior da Região Sul:

- Rua Cel. Fernandes Martins, 270, Progresso, Laguna/SC, CEP 88790-000.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 5.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta de acordo com a Resolução - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis, na qualidade e quantidade especificadas.
- 5.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 5.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

- 5.4.1. Para comprovação de conhecimento técnico deve ser apresentado um certificado de curso de no mínimo 20 horas, ministrado por profissional experiente na área, com os seguintes temas: Manual de Controle de Vetores – Procedimentos de Segurança (FUNASA 2001), Resolução RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA-NR9 Portaria 3214/78), correto uso e conservação de EPIs e limitações que eles oferecem, como a falta de proteção para as vias orais.
- 5.5. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá de identificação com fotografia recente, nome e função, exigindo seu uso em local visível, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletivo (EPC) adequados e aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quando for o caso. A Contratada não poderá repassar os custos de quaisquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual aos seus empregados.
- 5.6. Disponibilizar à Contratante, sempre que esta solicite, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução dos serviços.
- 5.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 5.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante.
- 5.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 5.10. Efetuar de imediato, sempre que exigido pela CONTRATANTE (que declarará os motivos da exigência), o afastamento de qualquer empregado ou subcontratado, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços contratados ou ao interesse do serviço público.
- 5.11. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 5.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 5.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 5.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 5.17. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel, e e-mail que possibilitem contato imediato entre a Contratante e a Contratada, para emissão e envio da Ordem de Serviço.
- 5.18. Relatar ao fiscal do contrato a necessidade de quaisquer outros serviços não previstos na Ordem de Serviço, e eventuais problemas e/ou irregularidades constatados durante a execução dos serviços, cujas soluções dependam de autorização para execução ou de providências por parte da Contratante.
- 5.19. Fornecer produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a serem combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal.
- 5.20. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, Comprovação de Destinação Final de Resíduos, bem como Licenças Ambientais, quando couber referente ao serviço de manutenção, coleta, transporte e deposição dos resíduos, de acordo com legislação vigente:
- 5.20.1. A destinação compreende-se pela devolução desse material (devidamente inutilizado de acordo com a Resolução RDC Anvisa nº 52/2009) aos estabelecimentos onde foram adquiridos, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniado e previamente licenciados pelo órgão estadual competente

- 5.21. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores técnicos e docentes, alunos e visitantes durante a prestação de serviços nas dependências da Contratante.
- 5.22. Responder por quaisquer danos materiais ou pessoais causados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.
- 5.23. Repor, no prazo máximo de cinco dias úteis, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- 5.24. Exigir que seus aplicadores não comam, bebam ou fumem durante as tarefas que envolvam uso de produtos tóxicos e que utilizem os EPIs adequadamente, mesmo que seja necessário dar intervalos de descanso para seu correto uso.
- 5.25. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 6.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 6.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura/nota fiscal de serviços da Contratada, em conformidade com a legislação em vigor.
- 6.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 6.7. Autorizar o acesso às dependências da Contratante aos empregados da Contratada destinados a prestar os serviços contratados, desde que credenciados e devidamente identificados por crachá.
- 6.8. Efetuar diariamente, ou quando julgar necessário, inspeções nos locais que estão sendo realizados os serviços, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, limpeza e asseio, bem como se os serviços estão sendo realizados dentro das condições e descrições pactuadas.
- 6.9. Encaminhar à Contratada a Ordem de Serviço (OS) acerca do(s) serviço(s) a ser (em) executado(s), contendo informações como: número, descrição do problema, responsável no local, responsável pela autorização, responsável técnico pelo serviço, data, local, discriminação dos serviços com unidade e quantidade, entre outras.
- 6.10. Enviar fiscal ao local da solicitação dos serviços para atestar a realização dos mesmos.
- 6.11. Informar a Contratada o endereço de e-mail institucional que será usado exclusivamente para envio da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) e agendamento das retiradas e devoluções.

7. DO ACOMPANHAMENTO E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

- 7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 7.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.
- 7.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório, neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 8.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei.
- 8.2. O Contrato poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
 - 8.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 8.2.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;
 - 8.2.3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE;
 - 8.2.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

9. VISITA TÉCNICA

- 9.1. A visita técnica é FACULTATIVA, podendo o licitante realizá-la por intermédio de representante legal. Optando pela vistoria, o agendamento deverá ser realizado exclusivamente através dos e-mails:

- 9.1.1. **CAMPUS I - Florianópolis:**

REITORIA/BU/ACADEMIA DE GINÁSTICA/Estação de Rádio:
sems.reitoria@udesc.br

MUSEU/MESC:
museudaescola@udesc.br

ESAG – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas:
cseg.esag@udesc.br

CEART – Centro de Artes:

cseg.ceart@udesc.br

CEFID – Centro de Ciências da Saúde e do Esporte:
cseg.cefid@udesc.br

FAED – Centro de Ciências da Educação/DAPE:
cseg.faed@udesc.br

CEAD - Centro de Educação a Distância:
cseg.cead@udesc.br

9.1.2. CAMPUS V - VALE DO ITAJAÍ:

9.1.2.1. CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí:
dad.cesfi@udesc.br

9.1.3. CAMPUS VI - SUL CATARINENSE:

9.1.3.1. CERES – Centro de Educação Superior da Região Sul:
cseg.ceres@udesc.br

9.1.1.A visita técnica será realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, e serão acompanhadas por um servidor da UDESC, que assinará a declaração de visita técnica apresentada pela licitante, nos termos do modelo constante do Edital.

9.1.2.O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

9.1.3.Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do servidor responsável.

9.2. Recomenda-se que o representante legal do licitante possua formação adequada, devido à complexidade dos serviços objeto desta licitação.

9.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração que não efetuou a visita técnica, nos termos do modelo constante do Edital.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de desinsetização e/ou dedetização e/ou desratização e/ou descupinização e limpeza de caixa d'água, gordura e cisternas de forma adequada e compatível com as características do objeto de que trata este processo licitatório.

10.1.1. Somente serão aceitos Atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

10.1.2. Não são aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante.

10.2. Comprovação de que o licitante está devidamente licenciado junto à autoridade sanitária e ambiental competente, conforme exige a Resolução ANVISA nº 52/2009.

10.3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente (conforme registro do responsável técnico – item 10.4), para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

10.4. Comprovação de que possui em seu quadro, responsável técnico, devidamente registrado no Conselho Regional Competente, que possibilite a execução de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

10.4.1. Conforme Resolução RDC 18 de 29/02/2000, são habilitados os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico.

10.4.2. Os documentos necessários para a comprovação de que o profissional responsável técnico pelo objeto desta licitação está vinculado ao licitante, conforme o item anterior são:

- cópia da carteira de trabalho (CTPS);
- contrato social do licitante;
- contrato de prestação de serviço ou, ainda;
- de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

10.5. Atestado de visita ao local dos serviços fornecido pela Direção Administrativa ou outro servidor público da UDESC designado para tal (Anexo V) OU declaração firmada pelo responsável da empresa, de que a licitante tem conhecimento do local, condições e peculiaridades do objeto, assumindo a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita técnica (Anexo V). A empresa interessada deverá realizar agendamento da visita através dos email conforme item 9 deste Termo de referência, podendo a mesma ser realizada até a véspera de recebimento dos envelopes. Nesta visita prévia ao local dos serviços, compete ao proponente, efetuar minucioso estudo e verificação das condições para a execução dos serviços, devendo antes de apresentar a proposta, indicar discrepâncias, omissões ou erros por ventura observados, de forma a serem sanados quaisquer problemas que prejudiquem o correto desenvolvimento dos serviços. Omissão por parte do proponente implicará na aceitação da responsabilidade por eventuais necessidades de alterações de projetos e adaptações nas instalações que porventura tiverem interferências com as demais instalações prediais.

10.6. O não atendimento das diligências nos prazos definidos pelo Pregoeiro acarreta na inabilitação/desclassificação da licitante.

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0586/2022

Quadro de Quantitativo e Especificação Mínima dos Itens

ANEXO AO EDITAL

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO nº 0586/2022

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESALOJAMENTO DE POMBOS E MORCEGOS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, CISTERNAS E TUBULAÇÕES PARA O CAMPUS I, CESFI E CERES/UDESC QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC E A EMPRESA

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis, SC – CEP 88035-901, inscrito no CNPJ sob o nº 83.891.283/0001-36, inscrição estadual isenta, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu titular, Reitor Dilmar Baretta, CI nº xxxxx/SSPSC, CPF xxxxxx, e de outro lado a empresa, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente a **Contratação de empresa prestadora de serviços de desinsetização, dedetização, desratização, descupinização, desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de caixa d'água, cisternas e tubulações para o CAMPUS I, CESFI e CERES/UDESC**, de acordo com as especificações e condições para execução do objeto, descritos no **Anexo I e II** do Edital do Pregão Eletrônico.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação e seus anexos, os documentos, proposta e informações apresentadas pela Contratada que deram suporte ao julgamento do referido pregão.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos itens, Do Preço e do Reajuste.

§ 1º Do Preço

I - O valor Estimativo deste Contrato é de R\$ (.....), conforme discriminado no quadro abaixo:

Lote/Item	Características Mínimas	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

II - Do reajuste de preço – O preço estabelecido inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

II.1 - O valor do contrato poderá ser reajustado, desde que solicitado formalmente pela contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data-limite para apresentação da proposta.

II.2 - O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, ou índice que vier a substituí-lo;

II.3 - Será utilizado o acumulado do índice dos últimos 12 meses a contar da data-limite de apresentação da proposta;

II.4 - Os reajustes a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou o encerramento do contrato.

III – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente Contrato correrá a conta dos recursos consignados no orçamento abaixo:

SUBAÇÃO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESA
11038	0100	339039

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

I - O prazo de vigência deste instrumento tem início de 12 meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

I – A UDESC e a licitante vencedora declaram que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, em situação de violação de tais regras.

II – A UDESC e a licitante vencedora se comprometem no sentido de que somente poderão tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base na presente avença/instrumento e jamais para qualquer outra finalidade.

III- A UDESC e a licitante vencedora assumem o compromisso de confidencialidade e de não compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais, que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, deverá haver deliberação conjunta sobre tal pedido e suas decorrências.

IV - A UDESC e a licitante vencedora ficam obrigadas a denunciar eventual incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

De acordo com a Instrução Normativa CGE/SEA Nº 1 DE 26/03/2020, as Partes:

I - Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação sobre anticorrupção, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II - Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso acima e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III - Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução deste contrato;

IV - Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

I - DA CONTRATADA

a) - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e na sua proposta, sobretudo do Termo de Referência, assumindo com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II - DA CONTRATANTE

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos;

- c) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da licitação, bem como, por qualquer dano causado a outrem, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- d) Efetuar os recolhimentos tributários incidentes sobre o objeto da licitação, na proporção prevista na legislação aplicável a matéria;

CLÁUSULA SEXTA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

- a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do Contrato será realizada pela Udesc devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como na Instrução Normativa UDESC Nº 017, de 25 de novembro de 2019.

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Udesc, para esse fim, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, bem como na Instrução Normativa UDESC Nº 017, de 25 de novembro de 2019.

A fiscalização exercida pelo(s) fiscal(ais) do Contrato, não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais ora assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993, e conforme antevisto no Edital do certame.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Digitalmente.

Florianópolis/SC, conforme datas das assinaturas digitais.

(Assinatura Digital)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE
SANTA CATARINA - UDESC
CONTRATANTE

(Assinatura Digital)

CONTRATADA

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0586/2022

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefones: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante legal/Nome responsável pela assinatura do Contrato:

CPF:

Documento de Identidade:

Cargo/Função na empresa:

Telefones: () Celular: ()

Local e data,

**NOME, CARGO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

ANEXO V

ATESTADO DE VISITA

Atestamos que o(a) Sr(a)....., registrado(a) no Conselho Profissional sob N.º, na qualidade de profissional indicado como responsável técnico pela execução dos serviços pela empresa CNPJ
..... Telefone (.....), compareceu na UDESC no Endereço, acompanhado(a) do representante deste órgão e efetuou a visita conforme previsão no item 8.5.5 deste Edital.

....., de de 2022.

Assinatura do Coordenador de Serviços Gerais da UDESC ou outro servidor público da UDESC designado para tal.

OU

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

Declaramos que conhecemos todas as condições em que o serviço será prestado e/ou que conhecemos o local do serviço, bem como todas as informações necessárias contidas no Edital para a completa execução do serviço.

XXXXXXXXXXXXXXXXX, de de 2022.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa